

## É A GUERRA O “BOM PASTOR”? REAÇÃO CRÍTICA A FORMULAÇÕES DE ANTÓNIO PAULO DUARTE

ANTÓNIO HORTA FERNANDES

A teoria da estratégia é hoje cultivada na Escola Estratégica Portuguesa com um grau de sofisticação, mas também de debate que nos parece exemplar, e que nada fica a dever às reflexões e debates tanto no âmbito anglo-saxónico como no espaço francófono.

O pensamento estratégico português, capitaneado desde há muito por Abel Cabral Couto, conseguiu até à data ver-se livre das más influências dos *strategic studies* de matriz anglo-saxónica, seguindo o seu caminho próprio, solidamente ancorado na questão da hostilidade, mas não deixando de ensaiar todo um conjunto de indagações de fronteira acerca da natureza da guerra e da estratégia.

Uma dessas indagações, recentemente vindas ao conhecimento público, na revista *Nação e Defesa*, prestigiada publicação do Instituto da Defesa Nacional, da autoria de um dos mais eminentes estrategistas da Escola Estratégica Portuguesa, António Paulo Duarte, parece-nos absolutamente notável e ao mesmo tempo absolutamente perigosa. Não se trata do argumento defendido pelo autor estar nos antípodas da nossa ideia da estratégia ser antes de mais uma ética do conflito, mas de colocar de tal forma a guerra num pedestal que acaba por inviabilizar os esforços de paz, de racionalização, mesmo através da vitória ou da negociação, posição defendida pela maioria dos autores para quem na estratégia não vale tudo, não obstante serem bastante críticas da ideia de estratégia como ética do conflito.

Neste sentido, rejeitamos com firmeza o prodigioso e brilhante argumento alguma vez defendido por um guerrista, e afinal António Paulo Duarte parece sê-lo.

P 2

## DA GUERRA E DA ESTRATÉGIA COMO ENTIDADES AGÓNICAS

ANTÓNIO PAULO DUARTE

A guerra é no essencial o combate. Como combate, a guerra é manipulação, em que cada um dos pugnadores mobiliza armas para submeter o oponente à sua vontade. A estratégia, forjada na guerra é, em consequência, ela própria agónica. A guerra manipula o aniquilamento, o poder abismal da morte, com vista a atingir os fins positivos dos pugnadores. A estratégia, dealbando da guerra, manipula o outro, com vista a coagi-lo, a subjugá-lo. Mas com o desenvolvimento das interações humanas, resultado da revolução tecnológica, e com a maior consciência do outro que a ampliação da ação agónica possibilitou, a estratégia pode igualmente porfiar por estratégias de esvaziamento do inimigo que há no outro, retroagindo no banimento do inimigo que este outro vê em mim. Esta evolução não significa que a estratégia não tenha amplificado, como amplificou, métodos cada vez mais refinados de aniquilamento do inimigo. Todo o objetivo do aniquilamento é produzir uma dessignificação das referências que fazem o outro opor-se ao seu adversário, possibilitando que este edifique naqueloutro novas significações, mais consentâneas com a sua visão do mundo (processo de ressignificação). O processo de dessignificação e ressignificação pode todavia produzir-se de igual modo por via do progressivo esvaziamento mútuo da animadversão, engendrando uma conciliação na comunhão dos opositores, com um novo conjunto de referências que os aproxima.

P6

# É A GUERRA O “BOM PASTOR”? REAÇÃO CRÍTICA A FORMULAÇÕES DE ANTÓNIO PAULO DUARTE

**ANTÓNIO HORTA FERNANDES**

Professor Auxiliar com Agregação do Departamento de Estudos Políticos da FCSH/UNL

A teoria da estratégia é hoje cultivada na Escola Estratégica Portuguesa com um grau de sofisticação, mas também de debate que nos parece exemplar, e que nada fica a dever às reflexões e debates tanto no âmbito anglo-saxónico como no espaço francófono. Pelo contrário, o grande quadro conceptual autónomo da estratégia francófona, inaugurado por André Beaufre, e que esteve por muitos anos na vanguarda da teoria da estratégia, pense-se ademais nos nomes de Lucien Poirier, Hervé Coutau-Bégarie e Jean-Paul Charnay, parece hoje muito influenciado pelos *strategic studies* de matriz anglo-saxónica, claramente menos ambiciosos no que diz respeito ao aprofundamento dos fundamentos da estratégia e algo serôdios em relação ao objecto da estratégia, continuando a centrá-la ultimamente na estratégia militar, apesar dos esforços, nem sempre isentos de ambiguidade, de Liddell Hart, Edward Luttwak, Colin Gray e Beatrice Heuser. A toda esta ambiguidade, por força da influência da ciência das Relações Internacionais, em particular dos *security studies*, tem vindo a ser adicionada a noção de segurança, que do ponto de vista da conflitualidade hostil entre actores políticos internacionais não detém qualquer substantividade, sendo meramente adjectival em relação às modalidades de acção estratégica.

Pois bem, o pensamento estratégico português, capitaneado desde há muito por Abel Cabral

Couto, conseguiu até à data ver-se livre dessas más influências, seguindo o seu caminho próprio, solidamente ancorado na questão da hostilidade, mas não deixando de ensaiar todo um conjunto de indagações de fronteira acerca da natureza da guerra e da estratégia.

Uma dessas indagações, recentemente vindas ao conhecimento público, na revista *Nação e Defesa*, prestigiada publicação do Instituto da Defesa Nacional, da autoria de uma dos mais eminentes estrategistas da Escola Estratégica Portuguesa, António Paulo Duarte, parece-nos absolutamente notável e ao mesmo tempo absolutamente perigosa. Não se trata do argumento defendido pelo autor estar nos antípodas da nossa ideia da estratégia ser antes de mais uma ética do conflito, mas de colocar de tal forma a guerra num pedestal que acaba por inviabilizar os esforços de paz, de racionalização, mesmo através da vitória ou da negociação, posição defendida pela maioria dos autores para quem na estratégia não vale tudo, não obstante serem bastante críticas da ideia de estratégia como ética do conflito<sup>1</sup>.

Neste sentido, rejeitamos com firmeza o prodigioso e brilhante argumento alguma vez defendido por um guerrista, e afinal António Paulo Duarte parece sê-lo, que em vez de se limitar a querer recuperar a tese do progresso civilizacional pela guerra, através de uma espécie de astúcia da razão, revestindo-a de

novas e sofisticadas vestes, apresenta, com cerrada coerência e desconcertante inteligência, um argumento mais radical e, ao que julgamos, totalmente novo. Defende António Paulo Duarte ser a guerra um acto violento “que congrega e condensa todas as dimensões do homem no choque antagónico com o seu “irmão”, visando a paz”. De sublinhar que o estrategista português coloca a sororidade entre aspas, em consonância com a sua ideia de que no antagonismo mais do que serem equacionadas e postas em cheque todas as dimensões humanas, a começar pelo assalto ao seu ser mais próprio, as mesmas se congregam em torno de uma resolução a haver. A guerra, se não é geratriz, é pelo menos um catalisador genésico, o que, no mínimo a faz indiferente (os moldes antropogénicos e ontogénicos são o que são), mas imediatamente a legítima, porquanto a paz e a sororidade não só são o horizonte (se não mesmo o norte) do fito bélico como são (nunca obviamente é dito que em exclusivo) seu fruto. Daí que António Paulo Duarte arrisque dizer que “a guerra emerge como uma terapêutica da fratura, a sutura que sara a ferida existente. Como uma vacina, o esticar da violência inocula os germes da paz” (Duarte, 2013: 38). É como se a guerra fosse uma forma particularmente severa de violência e ao mesmo tempo a estranhasse, fosse o seu cautério. Não se trata de um excesso de guerra levar à paz, mas da guerra ser motor intrínseco da paz. Todavia, uma coisa é haver uma quinta-coluna (a estratégia) no seio do inaudito, outra a sem-razão em si servir de factor de auto-imunização. António Paulo Duarte pretende imunizar a guerra de si mesma, atribuir-lhe uma face louvável, o que só não é contraditório porque a guerra não desaparece por isso, antes paga um baixo prego, tal é a força da violência ínsita. A guerra consegue é assim imunizar-se da paz, parecendo legítima. Ora, como nunca se materializou em estado puro, em estado continuado de ascensão aos extremos, de guerra absoluta, escondendo-se sempre no “a meio caminho”, não

só não é fácil desmascará-la por completo, como esse recorrente “estar em falta” proporciona todo o tipo de legitimizações. A de António Paulo Duarte é a mais bem conseguida e, por maioria de razão, a mais perigosa.

Certamente que António Paulo Duarte conta com as positivities segregadas através da guerra, com os plexos de sentido que podem emergir mesmo no seio de guerras fratricidas, conta ademais com que nem toda a guerra é ascensão aos extremos, nem o extremo reproduz todo o seu miolo. Contudo, esses são factores de controlo e limitação que o homem consegue inscrever no coração da guerra, porque no seu núcleo mais íntimo, nos recessos desse coração, acampa a guerra absoluta, o intratável (a toda a terapêutica político-estratégica) derradeiro da guerra, que, por sua vez, é o valor de utilidade marginal da guerra no seu conjunto, caracterizando-a como fenómeno específico. Então, como compaginar a guerra absoluta com a guerra em si mesma como fautor de paz? E se esse abismo negro é extralinguístico no fundamental, o estrategista reconhece-o, como entendê-lo ao serviço da paz, dos horizontes de sentido, já que o humano habita a linguagem, tal qual António Paulo Duarte igualmente reconhece? Mais, se António Paulo Duarte nos recorda que “a guerra, esticada na sua máxima força” é de tal ordem que, e cita a *Ilíada*, “nem Ares, que é deus imortal, nem Atenas controlaria/e aguentaria as mandíbulas de uma refrega destas [a guerra de Tróia]!”, como é que “a lógica política da guerra deriva de o fito desta ser a paz”? Como pode então a guerra servir a política, por intermédio das suas qualidades intrínsecas, enquanto “instrumento taumatúrgico de reequilíbrio da tectónica relacional humana”, “sutura da ferida aberta pela divisão [política] entre os homens no intercâmbio que desenvolvem entre eles”?<sup>2</sup> No fundo, devemos perguntar-nos como pode a guerra ser uma ética *kenótica*, auxiliada pela estratégia, se a estratégia afinar pelo mesmo diapasão da guerra, como acontece neste caso, não tendo a sua fonte

inspiradora no exterior, e a guerra o próprio inferno a que se desce para resgatar os cativos? É que nem se trata de hipótese ultimíssima de resgatar o mal do mal, o inferno do inferno, o demoníaco de si mesmo, mas de fazer do tormentoso em si fonte de resgate.

Leia-se a pasmosa definição de guerra apresentada por António Paulo Duarte, onde se lê que esta é “a manipulação do aniquilamento (pela morte e pelo medo), através da luta e do combate, visando a submissão e a subjugação do seu oponente inimigo, com vista a atingir os fins positivos (visceralmente políticos) de uma dada entidade sócio-histórica”. O estrategista refere-se seguidamente à manipulação do aniquilamento como um acto criador, de edificação, “pondo ao serviço de fins positivos o poder tenebroso e abismal da morte e do aniquilamento” (Duarte, 2013: 46)<sup>3</sup>, já que o que está em causa não é levar de vencida a morte no seu próprio âmago, na cruz. Não se trata da exaltação do crucificado, antes da exaltação da própria cruz, melhor, a exaltação dialéctica da própria crucificação<sup>4</sup>. O estrategista português vai ponto de lançar a dúvida se não se deve à estratégia, e não à guerra, a possibilidade desta não levar a bom porto a cauterização dos fenómenos bélicos e se ficar pela violência. É que para evitar que os contendores sejam surpreendidos por um florete embotado no controlo da acção bélica, dada a complexidade e o carácter não-linear dos actores em liça, é necessário poder dispor do máximo poder ainda que depois seja para agir comedidamente. Correndo-se o risco de logo à partida se estar a “esticar a corda”. É verdade que a estratégia nunca pode alijar completamente a sua proveniência e imersão na área do poder nu, arriscando a ser percutidas nas suas membranas mais violentas, mas o que parece esquecer António Paulo Duarte é que a estratégia muito provavelmente terá nascido, inspirada no contraponto personalista da paz pura, para obviar aos desenvolvimentos mortíferos da guerra no curso da história moderna e, sobretudo, à interiorização

de jure da guerra no tecido sócio-político, à sua normalização política. António Paulo Duarte acrescenta ainda que, na busca do controlo do inimigo, a estratégia ampliou enormemente a compreensão dos “modos de manipulação do aniquilamento, levando à compreensão e subsequente activação de novos mecanismos de conflitualidade hostil que não só os militares (Duarte, 2013: 57-58). Como se o desenvolvimento das estratégias ditas indirectas estivesse na base das formas de guerra não armada, o que está longe de comprovação empírica, sendo mais provável que as divisões não militares da estratégia e as formas de luta não armadas sejam concomitantes no tempo, ou até mesmo que as estratégias não militares sejam uma reacção ao desenvolvimento de novas formas de coacção. Seja como for, confrontada com a extensão real ou potencial da violência bélica, de que a era da guerra total, em parte – porque continuou a canalizar a violência sobretudo para o vector militar, apesar de uma mobilização geral – anuncia, a estratégia viu-se na necessidade de controlar o processo, de tomar-lhe tanto quanto possível as rédeas para evitar a exponenciação da violência, e não o contrário. Algo facilmente comprovável com o advento da era da estratégia integral ao mesmo tempo que emergia a era atómica, num contexto ainda muito permeável à guerra total<sup>5</sup>. Desenvolver em definitivo os distintos ramos da estratégia era forçoso não só para evitar a hecatombe como para que a substituição da violência militar por violências de tipo distinto não criasse um pretexto para a escalada, ou incendiasses a totalidade dos tecidos sociais, risco evidente com o surgimento das guerras subversivas. Teria tido esta história um final apesar de tudo menos catastrófico se a estratégia fosse o perturbador? E virando subitamente o raciocínio por antanagoge: se a guerra traz tão felizes resultados não seria bom que ela tivesse a coragem de ser o perturbador, de “esticar a corda”? Não seria a hecatombe daí resultante, o nada, um “belíssimo” instrumento de recreação e edificação?

É certo que António Paulo Duarte aduz que, tal como no fenómeno bélico que destrói e cria, o paradoxo também irrompe na estratégia, e da busca estratégica dos meios para armar a manipulação do aniquilamento, “podem despontar perfeitamente despontar instrumentos que asseguram que o outro jamais se virará em inimigo e acabará por aceitar uma amizade honestamente oferecida”. Porém, isso é desconforme com a restante argumentação, em particular com a funcionalidade atribuída pelo autor à estratégia, e só não o seria se a demanda da estratégia fosse a de morigerar ou evitar o aniquilamento. Caso contrário, trata-se de um resultado estranho à função estratégica, um possível dano colateral. E estamos ainda para ver como é que tal poderia suceder, já que o autor não o explica. António Paulo Duarte assegura que da destruição brota a criação<sup>6</sup>, o mesmo acontecendo para os instrumentos (a estratégia) que gerem essa destruição, mas nada no seu argumento nos permite vislumbrar como é que esse instrumento que ajuda a criar pela destruição, que foi destinado para o efeito, sendo essa a sua natureza, possa ao mesmo tempo ajudar a criar evitando destruir através de uma segunda natureza emergente, capaz de fazer oscilar a estratégia entre o aniquilamento do outro e a abertura à fraternidade. É verdade que no texto se esboça uma “resposta”, a de que em ambos os casos, seja pela hostilidade seja pela sua evicção, se abole o inimigo, se reduz a nada o oponente (Duarte, 2013: 58-60). Todavia, estamos em crer que António Paulo Duarte se deixa enredar por momentos na volúpia do seu próprio argumento geral, pois esta nem de resposta pode ser qualificada. Como se aniquilar as raízes que engendram a oposição fratricida e aniquilar o outro e o seu mundo se equivalessem. Num caso, reduz-se a nada a oposição, evitando a liquidação do oponente, se não mesmo superando a possibilidade de voltar a haver oponentes, noutro reduz-se a nada o oponente. No primeiro caso, aliviam-se ou anulam-se as razões de transgressão da alteridade fundacional

dos homens, no segundo, erradica-se essa mesma alteridade. Apenas o ser tomado por um certo furor justifica não ver as diferenças basilares nas duas formas de abolir a condição de inimigo, se é que a forma virulenta a abole verdadeiramente enquanto o armamento não for radical e só restar um, o vencedor, ou nenhum. A não ser que tudo se equivalha, incluindo guerra e paz, não se percebendo então por que razão o estrategista se tenha visto obrigado a expender tantos argumentos para produzir uma tese tão notável quanto equívoca, quando nada nas suas reflexões anteriores o impelia neste sentido. Na prática, António Paulo Duarte já tinha feito uma revolução copernicana na exegese de Clausewitz, mostrando justamente que a guerra absoluta queria significar esse núcleo politicamente irredimível de violência presente em todas as guerras. Agora, a despeito de ter voltado a acozear a estratégia nos estreitos e superados limites de uma disciplina meramente ferramental, mantém esse carácter intratável da guerra, aquele que estabelece o prego e o sentido último do (*des*)-ser da guerra (a guerra por si também nunca nos faz escalar às alturas), apesar da profissão de fé numa mais estreita dependência da política, incluindo a sua progressiva absolutização como espelho da desmesura de determinadas políticas, só que lhe atribui propriedades tanto genéticas quanto curativas de raiz: engendrar, criar, renovar, reconciliar como princípio (dionisíaco?) ôntico e antrópico da abolição das divisões pelo sacrifício do outro, da alteridade constitutiva do homem, pela aniquilação do próximo em nome do bem comum.

Quanto a nós, trata-se de um conjunto de proposições inaceitáveis, mas isso em nada deslustra que discutamos a argumentação. Estamos em crer mesmo que para a combater, tal é a sua força, deve ser combatido no seu próprio terreno, com seriedade.

Não concordamos em nada do essencial com António Paulo Duarte, e nem sequer discutimos os argumentos históricos por ele carreados, quanto a

nós também passíveis de crítica, a verificar noutros lugares, mas é inegável ser a sua contribuição de ruptura um passo mais, fundamental, para escorar em definitivo a presente situação de vanguarda que a Escola Estratégica Portuguesa ocupa, em particular na teoria da estratégia, no domínio dos estudos estratégicos a nível mundial.

## NOTAS

<sup>1</sup> A título de exemplo, Francisco Abreu, outro dos mais importantes estrategistas da Escola Estratégica Portuguesa, muito crítico da tese da estratégia como ética do conflito, reconhece, no entanto, haver limites entre aquilo que é estratégico e os actos que não cumprem nenhum objectivo relacionável com algum modelo de paz concebível (Abreu, 2004: 100-101). Certamente aqueles em que a guerra por si, ou quase, ditasse as normas.

<sup>2</sup> Duarte (2013: 36-37, 44 e 48-49), respectivamente, para a questão do carácter extralinguístico da guerra considerada a partir de si mesma e da linguagem como casa do ser, e para a citação acerca do poder taumatúrgico da guerra. Nada disto quer significar, claro está, que o contexto de guerra é avesso ao mundo da linguagem. Porque mesmo que tomemos a pura acção inerente à guerra, emitindo sinais de violência, como uma *descomunicação*, como a expressão que se nega a si mesma, é evidente que se há campo onde as percepções, os sinais, a descodificação denotativa e conotativa dos mesmos, enfim, a expressividade da linguagem num senso amplo se manifesta por excelência, é precisamente o campo onde eclode a guerra e onde a estratégia incide, nem que seja por razões de conduta operacional. Para a citação da épica grega (Homero, 2005: canto CCCLIX, 409).

<sup>3</sup> Falar em aniquilamento pelo medo é uma advertência pertinente ao leitor para não levar este a cometer o equívoco (inaceitável na contemporaneidade) de pensar que o aniquilamento se esgota na eliminação física ou ainda que o aniquilamento

físico é aquele que está sempre directamente em causa. Tal como é manifesto na guerra subversiva, que o autor decerto tem também em mente, apesar de não a referir de forma específica.

<sup>4</sup> Pensamos que António Paulo Duarte intenta, num passe de mágica, superar a aporeticidade das teses neguentrópicas fortes sobre a guerra, perfeitamente ilustrada em Andrés Faulques, personagem maior do romance de Arturo Pérez-Reverte, *O Pintor de Batalhas*. Faulques, um repórter de guerra retirado, procura a todo o transe encontrar a ordem do caos da guerra (não do caos *na* guerra), uma ordem oculta na desordem, uma ordem que inclua a desordem. Só que a demanda é vã porque, no mínimo, aporética. Trata-se de um intento de ordenar o não-ordenável, subtrair o caos, no seu regime interno, à sua própria caótica, sem o abolir (Pérez-Reverte, 2007: 78). Debruçámo-nos com outro detalhe sobre esta notável ficção sobre guerra em Fernandes (2011: 26-28). António Paulo Duarte não abole o caos, nem naturalmente tem a pretensão divina de o vencer, mais ainda, de o convencer, mas também não procura a vã descodificação das suas impossíveis simetrias, nem sequer se limita à real constatação que do caos pode brotar ordem. Quer algo mais portentoso: o caos *qua* caos, o caos enquanto tal pode não ser ordenável, mas é princípio de ordenação.

<sup>5</sup> Não será por acaso que André Beaufre, um dos pais fundadores da estratégia contemporânea e do traçado definitivo da ideia de “estratégias indirectas”, além da militar, no conjunto todas elas devidamente balanceadas por uma estratégia total subordinada à política, use exactamente a expressão *estratégia total* e fale ainda desta como estando “encarregada de conceber a condução da guerra total” (Beaufre, 2004: 44-45). *Guerra total* é, nesta obra seminal de Beaufre, publicada pela primeira vez em França no ano de 1963, uma expressão ambígua. É bem verdade que quer significar em primeiro lugar ter a guerra fria levado

a guerra a todos os âmbitos, muito por força dos impasses militares a que a revolução nuclear deu lugar e à consequente necessidade de dissuadir a guerra quente. Não obstante, a expressão *guerra total*, tal como é apresentada por Beaufre, ainda está condicionada pelas pautas da era da guerra total, do emprego simultâneo e intensivo de todas as formas de coacção, pois o próprio estrategista francês precisa que a guerra fria apresenta, no essencial, as mesmas características (p. 29). Parece até sugerir, quando assim se exprime na introdução, que a época é a mesma, embora o desenrolar da obra o vá progressivamente desmentindo.

<sup>6</sup> António Paulo Duarte afirma (p. 59 do artigo em referência), que em conversa com o autor do presente texto, este teria concordado com o paradoxo da guerra subversiva ser simultaneamente destruição e edificação. Ora, nunca defendemos tal posição. Defendemos isso sim é que na guerra subversiva se desenvolvem actos de natureza estratégica primeira ou última que edificam, os quais são decisivos para a vitória na contenda. Mas mesmo a natureza desses actos é controversa e só tem resolução se nos ativermos à estratégia enquanto dinâmica de acolhimento.

## BIBLIOGRAFIA

- Abreu, Francisco e Fernandes, António Horta (2004). *Pensar a Estratégia: Do Político-Militar ao empresarial*. Lisboa: Sílabo.
- Beaufre, André (2004). *Introdução à Estratégia*. Lisboa: Sílabo.
- Duarte, António Paulo (2013). “Estratégia: Origem e Fundamento”. *Nação e Defesa* n.º 136, pp. 34-65.
- Fernandes, António Horta (2011). *Acolher Ou Vencer? A Guerra e a Estratégia na Actualidade*. Lisboa: Esfera do Caos.
- Homero (2005). *Ilíada* (2ªed). Lisboa: Cotovia.
- Pérez-Reverte, Arturo (2007). *O Pintor de Batalhas*. Porto: Asa.

# DA GUERRA E DA ESTRATÉGIA COMO ENTIDADES AGÓNICAS

## ANTÓNIO PAULO DUARTE

Assessor do Instituto da Defesa Nacional  
Investigador do Instituto de História Contemporânea  
(FCSH/UNL)

### DA AGÓNICA COMO EDIFICAÇÃO

O presente texto deve muito ao longo debate que tenho travado com António Horta Fernandes, a despeito de, muito provavelmente, este estrategista não se rever em muitas das proposições deste discurso. Mas o debate, mesmo quando não engendra soluções consensuais e concertadas – e será que deveria fazer (?) – é promotor de conhecimento.

### DA GUERRA COMO MANIPULAÇÃO

A etimologia de palavra arma indica-nos, com precisão, o significado último da guerra, considerando que remete para um instrumento que prolonga o braço, para um encaixe ou uma articulação que amplia as capacidades de manipulação do homem. De acordo com a raiz indo-europeia da palavra arma, *armus* indica o braço ou o braço superior, e *armum* a articulação que amplia a capacidade do braço<sup>1</sup> (correlacionando-se etimologicamente as palavras arma e braço). As armas são os instrumentos que permitem aos homens manipular e por a seu favor o combate, manuseando o jogo de aniquilamento em que estão envolvidos. O carácter manipulativo da ideia de arma, evidenciado pela etimologia, permite-nos demonstrar como o combate e, em consequência, a guerra são uma ação de manipulação humana.

Mas a arma, como instrumento, evidencia que o seu objetivo não se esgota nela, mas visa servir

de alavanca para atingir algo. Um instrumento é precisamente algo que visa sobrepujar uma dificuldade e ultrapassar um obstáculo, “executando uma obra”, dizem os dicionários<sup>2</sup>. A arma tem por finalidade última a superiorização de um contendor num combate e a superação do seu antagonista, o que significa que o propósito teleológico das armas é repor a paz, pondo termo ao combate e à guerra. Em consequência, observámos e propusemos que a guerra fosse concetualizada como “a manipulação do aniquilamento (da morte e do medo), através da luta e do combate, visando a submissão e a subjugação do oponente inimigo, com vista a atingir os fins positivos (visceralmente políticos) de uma dada entidade sócio histórica” (Duarte, 2013: 38). O ato bélico, a ação agónica, é uma manipulação consciente do poder tenebroso e abismal da morte, ao serviço de fins positivos de uma dada comunidade humana, no embate que está travando com outra comunidade humana, que lhe responde em igual medida.

Mesmo que no limiar, como assim julga o historiador Azar Gat, esteja inscrito na raiz mais íntima da biologia humana a possibilidade de manipularmos a morte com o fito de preservarmos os nossos genes e assegurarmos a capacidade do nosso grupo biológico humano se nutrir de alimentos e de se reproduzir com sucesso, não deixa este historiador de reconhecer que, no quadro mais amplo da

cooperação e da competição, o conflito é apenas uma das estratégias possíveis (e sublinha-se o uso da palavra estratégia por este estudioso), dando a entender que, mesmo que originando-se a guerra numa genealogia natural, esta é ainda uma atividade que resulta de um raciocínio ponderado de vantagens e desvantagens (Gat, 2008: 36-38).

## DA GUERRA COMO AGÔNICA

António Horta Fernandes considera que o sentido último da identidade da guerra se encontra na “guerra absoluta” de Clausewitz. Para este estrategista, “a hostilidade tem em si, em seu aferidor último, o seu valor de utilidade marginal, a porção que estabelece o preço, na guerra absoluta, caótica irreprimível, núcleo abissal presente em qualquer conflagração, o extremo da violência contumaz e refratário a qualquer inscrição política (. . .)” (Fernandes, 2013: 67-68). Para António Horta Fernandes a guerra desponta como hostilidade, como violência, como caótica, e em consequência, assim parece que se pode afirmar, como acontecimento em que a manipulação humana se esvai, deglutida num redemoinho engolfante que tudo traga no seu furor. Mas, para Clausewitz, a guerra identifica-se como um duelo (Clausewitz, 1984: 75) e a guerra absoluta é, em consequência, a luta na sua mais pura forma, o combate, a pugna como meio e fim da própria guerra. Para Clausewitz, a guerra absoluta circunscreve o objetivo da guerra ao derrube do oponente – assim o afirma na nota de 10 de julho de 1827 (Clausewitz, 1984: 69) – em consequência da redução do embate aos termos da sobrevivência ou extinção, dissolvendo a política em hostilidade (sem que contudo, assim diz este autor, o elemento político desapareça) procedendo então o choque de acordo com a pura lógica da força e da destruição<sup>3</sup> (que só se extinguirá quanto um dos oponentes seja aniquilado). Este embate jamais pode ser absolutamente indomito, infrene, porquanto todo o combate implica uma orientação e uma direção, da parte de cada um dos pugnadores, para que

possam continuar a sua lide intemporal. A ascensão aos extremos não se origina na pura vontade de um agente, mas na dinâmica dialógica do embate entre os oponentes em digladição, o que significa, que mesmo em exponenciação, a mobilização de hostilidade, força e destruição tem um sentido e uma orientação, uma organização necessária e uma direção precisa, o derrube do adversário.

A guerra absoluta em Clausewitz é assim a expressão mais pura de um duelo, de um combate, reduzido ao seu fim próprio, fim que está contido na luta, luta vital, cada oponente buscando perdurar permanente, sem ceder, num permanente choque pela sua pervivência, o termo de embate significando a capitulação e submissão de um deles. A luta não é assim, jamais, um ato sem sentido, mas tem sempre em si o sentido último de assegurar independência e a liberdade possível e a insubmissão certa de cada um dos oponentes, enquanto a lide perdurar.

E se a vontade indomita desponta (ou pode despontar), quebrada a luta, rompido o dique da resistência adversária, não o faz sem razão, mas como elemento fundamental de catarse que permite a renovação da ordem social e política quebrada pela cisão que engendrou a contenda, e ainda assim, mesmo neste derradeiro momento da digladição, quando ela já se esvai, quando se vislumbra a “terra prometida” da paz, o trajeto do vencedor, como que balizado pelo seu próprio sentido de ordem, deverá sempre no limite, condicionar a absoluta desinibição do furor indomável que supostamente o moveria (aprofundar-se-á este tema subsequentemente). A identidade da guerra está neste estranho diálogo: a “relação paradoxal” (Duarte, 2013: 49). A luta inibe uma absoluta negação do outro, dada que cada um dos contendores está abraçado ao outro através do combate que os une. E sendo inimigos vitais, inequivocamente, estão agrilhoados um ao outro pela impossibilidade de cada um ceder ao seu opositor, forçados a relacionarem-se, no verdadeiro sentido do termo, de agirem em conjunto e de

interagirem numa estranha forma de harmonia que deriva da vontade de levar o adversário a ceder ao mesmo tempo que se procura resguardar dos seus movimentos. A luta, e em consequência, a guerra, enquanto duelo, enquanto combate, é assim uma estranha e paradoxal relação dialogar, em que pela ação, cada oponente, na busca de submeter o seu adversário, tem de o ler, de o conhecer, de o compreender, para melhor manipulá-lo e o levar à cedência e à submissão, indo também cada um mudando no afã de acompanhar os gestos do outro (e na medida em que estes gestos podem levar um deles à capitulação face ao outro).

## DA ESTRATÉGIA COMO MANIPULAÇÃO DO OUTRO

Se conceber-se a guerra como duelo, luta, combate, melhor se poderá compreender a racionalidade que fez da guerra brotar a estratégia. António Horta Fernandes tem plena razão quando vê no outro o objeto da estratégia, no “acolhimento metafísico e antropologicamente constitutivo” do outro (Fernandes, 2013: 68, 74, 99-101; Fernandes, 1998; Fernandes, 2011: 107-113), não tanto, quando julga que a leitura do outro é lida de forma positiva pela estratégia, como acolhimento ou abraço (e tão só assim). A estratégia confronta-se com um dilema, o dilema do outro como inimigo (Duarte, 2013: 51-58). A estratégia visou, na sua origem, e ainda atualmente, sob formas mais complexas, agir no quadro do choque com o outro. Hostilidade é um termo usado. Na sua etimologia, hostilidade significa o inimigo público, aquele que é estrangeiro (*hostis*, do indo-europeu *ghos*, o estrangeiro)<sup>4</sup>. A estratégia lida com o outro, enquanto adversário ou oponente. Tem assim razão Colin Gray quando afirma que a estratégia visa mudar o comportamento do inimigo (Gray, 2010: 172) ou Loureiro dos Santos, seguindo Abel Cabral Couto, quando salienta que toda a ação estratégica almeja alterar a relação de forças e condicionar o comportamento do oposto (Santos, 2013: 154).



O objetivo último da estratégia é obviamente o de repor a paz, manipulando o oponente (e a sua estratégia), manuseando como *ultima ratio* o poder abismal do aniquilamento, da morte e do medo (a guerra, em suma).

A estratégia brotou da guerra com o propósito de servir os estrategos na manipulação do comportamento do inimigo, no quadro do choque agónico que abraça ambos os contendores. Inicialmente, cada estratégia, de cada um dos contendores, manipulava o comportamento do outro, enquanto inimigo, e conformava-o à sua vontade, através da manipulação de armas bélicas, ou seja, através da manipulação da ameaça e do uso do aniquilamento (da morte e do medo), dando a este relacionamento a mecânica clássica da luta armada, do choque violento entre oponentes forças armadas, no afã, cada uma, de sobrepujar o adversário, de o levar a ceder e a submeter-se a si (ou, no limite, à eliminação do opositor).

Com o desenvolvimento da pós modernidade e a ampliação da interconexão entre os homens e as comunidades humanas, resultantes do desenvolvimento tecnológico e mediático, denominado mais recentemente de globalização e de “sociedade informacional” (Couto, 2013: 117-121), as capacidades da estratégia em influir no comportamento do outro multiplicaram-se desmesuradamente. A interconetividade ubíqua das sociedades modernas e contemporâneas dilataram exponencialmente os instrumentos de manipulação do outro e, em consequência, as capacidades e os meios estratégicos, e não só no que respeita à coação propriamente dita, mas igualmente, no que se refere a outros mecanismos complexos, no campo do saber psíquico (Couto, 2013: 133-134), de através da influência e da sedução, se poder favorecer os propósitos de uma dada estratégia, com vista todavia ao aniquilamento do outro (não fisicamente, mas na seu âmago ideológico e espiritual, o que no fundo, é o que sempre se visa com a coação física, como ver-se-á adiante de forma mais precisa).

Mas, esta evolução da estratégia, ao ampliar as modalidades de ação não militares, mas de cariz mais político, psicológico, mediático e material, na sua luta dialógica com o outro, catalisou uma nova dinâmica, de carácter absolutamente distinto, configurando-se naquilo a que António Horta Fernandes chama de abertura ao outro, na busca de uma compreensão mútua, e na resolução pactuada dos conflitos e da hostilidade que os divide, porquanto só há verdadeiramente “paz pura” se todos participarem da “comunhão da conciliação” e se o acolhimento não for unívoco (que não tem mais significado que o da submissão do acolhido no regaço imperial do acolhedor) mas biunívoco e mutuamente abraçado por ambos os digladiadores<sup>5</sup>. O estrategista, em detrimento de manipular o outro para o derrubar e submeter, manipula-o com vista a abolir nele o que há de inimigo, e não é o propósito da guerra, da manipulação do aniquilamento, a abolição do inimigo, mais do que a do outro (Duarte, 2013: 47-49<sup>6</sup>), num processo, em que para o conseguir, tem ele próprio de banir o inimigo que o outro vê em si, num gradual movimento de esvaziamento da estratégia, ação dialógica, e da qual depende a “anulação da estratégia”, conceito caro a António Horta Fernandes (Fernandes, 2013: 68) mas que evidencia o carácter agónico da estratégia, que ambos vão estabelecendo e que pode em qualquer momento ser revertido, se algum dos agentes inverter ou parecer inverter o seu comportamento.

### DESSIGNIFICAÇÃO: DA DESORDEM

O embate, a luta, o choque, e para mais, um choque que joga sempre no limiar da vitalidade, não pode ser, e não é, imune à fricção das grandes tensões que o conspurcam de uma perturbação insidiosa e subliminar e de uma nebulosidade que convoca o caos. O caos é um dos grandes perturbadores da ordem da luta, intrínseco a todo o diálogo humano, e obviamente, a este extraordinário e estranho e paradoxal diálogo edificado na luta. Não são poucos

os grandes romances em que esta conspurcação da guerra pela perturbação insidiosa e subliminar, quando não pela dilatação do caos, é extraordinariamente visível.

“À saída do porto, viraram para a estrada principal, que vinha de Canea. (...). Conseguiram ver uma boa parte da estrada, e tanto quanto a vista alcançava, a estrada estava coberta por uma massa compacta de homens, entremeada por toda a sorte de veículos a motor, também sem luzes, que seguiam à velocidade dos que iam a pé. Alguns homens formavam pequenas colunas de três, completamente equipados, alguns estavam feridos e caminhavam apoiados nos companheiros, outros vagueavam sem armas. O camião avançava contra aquele mole de gente, abrindo uma passagem. De quando em quando, gritavam-lhe coisas. Houve um que disse: «Vais na direção contrária, pá!» A maioria nem sequer erguia a vista. Alguns esbarravam às cegas no capô ou nos guarda-lamas” (Waugh, 2012: 71).

As imagens que Evelyn Waugh nos dá são expressivas. Massas humanas em movimento mas parecendo ir sem direção, compactas, mas desirmanadas, sem identidade entre si, apesar de caminharem juntas, os homens divididos em grupos, ensimesmados, caminhando sem olhar, chocando amiudadamente com o veículo em que seguiam algumas das personagens principais. Um processo deliquesciente parece permeabilizar todos os participantes da marcha entorpecendo os seus sentidos, esvaziando as suas referências, fazendo com que a orientação do conjunto se confronte com caminhos contrapostos.

Fenómeno semelhante de rotura de referências e de permeabilização insidiosa da desordem sucede numa das descrições que Irène Némirovsky dá da fuga da população civil de Paris em 1940:

“E, também, ao mesmo tempo, uma vaga indiferença submergia-lhes a alma: «que importa? Não passa de um monte de pedras, madeira e objetos inertes! O essencial é salvar a vida!» Quem pensava nos infortúnios de Pátria? Não estes, não os que partiam esta noite. O pânico abolia tudo o que não fosse instinto, movimento animal da carne que treme” (Némirovsky, 2005: 80).



A deliquescência metamorfoseia-se num processo deletério de rutura de referências, numa des-significação, expressão da vida humana reduzida à última expressão da natureza, à sua sobrevivência vital, alienadora da presente e do passado. Esse derradeiro processo de dessignificação consoma o segundo volume da trilogia da viagem de Céline ao abismo derradeiro da Alemanha Nazi em que as personagens do General médico, do médico nazi Harras e de Destouches, o francês foragido, porque considerado colaboracionista pelos seus concidadãos, divagam sobre a retirada napoleónica da Rússia e a rota que os resquícios do “Grand Armée” trilhou ao atravessar a Alemanha, numa esforçada recuperação de uma memória que se esvai (Céline, 2009: 388-389), no limiar, não o diz o romancista, mas a história sabe-o e este sabe que a história sabia, da colossal ofensiva de inverno de 1945 que arrancou do velho Reich germânico todas as regiões a leste do Oder.

Estamos num declive, que da porosidade de uma perturbação que se dissemina por todo o espaço e se cola a toda a pele e no âmago da carne e do espírito, numa mecânica cada vez mais deletéria, conduz derradeiramente à desordem e ao caos, e por fim ao colapso de qualquer significação, à dessignificação, em suma, à sem-razão, característica restante da guerra na linguagem de António Horta Fernandes.

Não estaremos todavia no reino da ficção, quando mobilizamos romances e romancistas. Não é o reino da ficção, o reino do ornamento e da civilização, como a própria Irène Némirovsky afiança (Némirovsky, 2005: 108). E contudo estes três romancistas descrevem-nos experiências pelas quais, de uma forma ou outra passaram. As obras não são o efeito de uma divagação, elaborada tão só na mansidão da imaginação, mas uma evocação de uma experiência duríssima transformada em obra-prima da literatura.

E em comum, essa experiência fala-nos da guerra, mas da guerra vivida e olhada a partir da derrota. O

fel, o sabor amargo, a mecânica deletéria, a convocação do caos que a derrota transporta, imperativo axial para a reposição de uma nova ordem, aquela que acompanha o avanço inexorável e finalmente, inelutável dos vencedores. Intui Irène Némirovsky que a derrota são fantasmas sobre sombras (Némirovsky, 2005: 162). Por sua vez, Evelyn Waugh narra uma paisagem da derrota em que por todo o lado só se viam “fantasmas de soldados” (Waugh, 2012: 126).

Ian Kershaw observa o papel fundamental da derrota total da Alemanha Nazi na recondução deste país a uma sociedade de cariz liberal ocidental, reaproveitando uma parte da sua história, completamente distinta da que existira até então, e que o armistício de 1918, e a ideia de “punhalada nas costas”, não tinham permitido desenvolver entre-as-guerras (Kershaw, 2000: 834 e 841).

É nesse derradeiro momento de colapso, em que a vontade indómita e desinibida da violência, rompido o dique da resistência oposta, inunda a última atmosfera da guerra, qual “big bang” imprescindível à catarse final que forja, das forças telúricas do caos, a nova ordem, num processo talvez já bem mais político que bélico propriamente dito. A des-significação avocada pela derrota abre as portas a ressignificação transportada pelos vencedores. É que a guerra tem muito conteúdo.

### A GUERRA COMO CONTEÚDO: RESSIGNIFICAÇÃO OU A “ÉTICA DA RESPONSABILIDADE”<sup>7</sup>

Por absurdo que possa parecer a quem conhece o pensamento de António Horta Fernandes, propugnador da ideia da guerra como “sem-razão”, cabe a este autor uma demonstração inequívoca do conteúdo da guerra. Num capítulo de um dos seus últimos artigos, “Defesa *versus* Ataque”, este autor evidencia todo o conteúdo da guerra. O texto visa demonstrar como, sendo o vencido a desencadear a guerra (na linha do que teoriza Clausewitz), quem a convoca é o agressor, respondendo aqueloutro ao

desafio: “o defensor enceta as hostilidades, mas na condição de paciente (...), o defensor começa a guerra que o atacante inicia, (...) o defensor é primordialmente o indefeso, aquele que está à mercê (...), exposto à guerra (no sentido de ficar abandona a ela, sua mercê)” (Fernandes, 2013: 80-82). A dimensão ética que a defesa convoca, de exposição da violência da agressão ofensiva do ofensor, espelha que o ato final que conduz à guerra está eivado de sentido e de significado, referência e significações que conduzem posteriormente todo o embate bélico, todo o choque agónico.

Quem está atento às dinâmicas da guerra, e ao seu sentido recíproco e polarizado, apercebesse-se que no espoletar das hostilidades está a percepção de que cada um dos lados é o ofensor do outro, não havendo um ofensor que ofende um ofendido, mas dois ofensores que se sentem ofendidos e subsequentemente se ofendem mutuamente. Não obstante, a dinâmica observada por António Horta Fernandes, partindo do olhar de um dos contendores (e não, como seria mais correto, no que respeita à guerra, de uma leitura a 360º, em que a polaridade e a reciprocidade fosse mais evidente), exprime, na realidade, a leitura que cada um dos agentes da guerra faz do seu oponente.

À violência daquele que se olha como ofensor, opõe-lhe, o que se julga ofendido, toda a sua força, visando constranger e condicionar a ação do seu oponente, desencadeando-se assim a pugna. A guerra emerge assim como luta, força contra força, cada uma mobilizando poder e destruição, como referia Clausewitz. A guerra é, assim, “a manipulação do aniquilamento, que pela força organizada – expressão da direção e da orientação de sentido ético nela inscrito – busca subjugar o oponente, pelo combate, com vista aos fins positivos últimos (delineados e impressos no ato manipulatório).

A guerra, diz uma das personagens, um alemão, da “Suite Francesa”, é uma “obra comum” do “espírito da comunidade” (Némirovsky, 2005: 409). Veja-se como Winston Churchill nas suas memórias

descreve a missa que antecedeu o encontro entre ele o Presidente dos Estados Unidos da América, no famoso encontro que conduziu à declaração conjunta de ambos os países, em Agosto de 1941, conhecida como a “A Carta do Atlântico” que objetivava em simultâneo o sentido última da luta e a mecânica própria luta contra a Alemanha Nazi:

“Na manhã de domingo, 10 de agosto, o Sr. Roosevelt subiu a bordo do *H. M. S. Prince of Wales* e, com os seus oficiais do Estado-Maior e várias centenas de representantes de todas as patentes da Marinha e do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, assistiu ao serviço religioso celebrado no tombadilho. Todos sentimos que essa cerimónia era uma expressão profundamente comovente da comunhão religiosa dos nossos povos, e ninguém que tenha participado dela jamais esquecerá o espetáculo apresentado naquela manhã ensolarada, no tombadilho apinhado – o simbolismo do pavilhão do Reino Unido e da bandeira norte-americana desfraldadas no púlpito, lado a lado; os capelães norte-americano e inglês fazendo juntos a leitura das preces; os mais altos oficiais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, agrupados num só corpo, atrás do presidente e de mim; e as fileiras cerradas de marinheiros britânicos e norte-americanos, completamente misturados, dividindo os mesmos livros e unindo-se fervorosamente nas orações e hinos que eram familiares a todos” (Churchill, 1995: 563).

Esta longuíssima citação espelha toda a significação que a guerra e o combate (a sua expressão absoluta) transportam inscritos em cada um dos seus movimentos. Trata-se de uma descrição de uma cerimónia religiosa e todavia a guerra permeabiliza todo os gestos, convocando-os a um sentido e a um significado que nenhum tempo de paz pode avocar: o sentido profundo de unidade e de comunhão, a força e a pujança da orientação que se exprime na leitura da voz de Deus e na busca do bem comum, que une todos, e que Churchill tão inteligentemente, avoca quanto fala dos “nosso povos”, a vontade dimanada por todos no ato voluntário de se aproximarem, de se unirem, de comungarem como irmãos verdadeiramente

fraternos. Na luta que os convoca, como quer, e bem, António Horta Fernandes, ao falar daquele que está exposto à guerra, a significação última de cada gesto no combate, dimana da razão ética inscrita neste pela comunidade que o move, e que o conduz da paz à guerra e da guerra à paz. O outro é um dos mais paradoxais conceitos filosóficos, porquanto a natural abstratização da linguagem filosófica o nega evidentemente: ser outro significa ter rosto, ser algo específico, ter afirmado a sua categoria de entidade peculiar e distinta e, por conseguinte, de ser diferenciado de todos os outros, e em consequência, de ser. Em suma, não há o outro, mas muitos outros. António Horta Fernandes tem plena consciência de que abstratizar o outro seria um embaraço aporético e em consequência manuseia a categoria de “outridade”, com vista a desarmadilhar-se dessa ameaça (Fernandes, 2011 e 2013). Ainda assim, a categoria de outro só é em plenitude concretizável se figurar-se como um verdadeiro rosto vivo dotado de conteúdo. Reduzir a guerra ao binómio eu-outro = ofensor-verdugo/agredido-vítima é ocultar, em boa verdade, o outro, os muitos outros que na guerra labutam, e até a categoria de outridade.

“( . . . ) Tem pena de mim, um desgraçado que ainda sente; um malfadado, a quem o pai Crónida na soleira da velhice matará com um triste destino, depois de ter visto muitos horrores: os meus filhos a morrer, as minhas filhas a serem arrastadas, minhas câmaras de tesouros pilhadas e crianças inocentes a serem atiradas em aterradora chacina” (Homero; 2005: 433 [Canto XXII, 60]).

O conteúdo último e a significação última da guerra encontra-se na devoção (no dar a vida) que faz os combatentes amuralharem com os seus corpos e a sua vida a comunidade matricial que os armou. Não foi por acaso, mas precisamente por ser uma das mas relevantes virtudes cívicas, que o serviço das armas ganhou um estatuto de santificação no mundo clássico e medieval: “*pro patria mori*” (Kantorowicz, 1999). É precisamente esta significação que o oponente

pretende aniquilar, reduzindo o gesto de combate de cada um dos lidadores, em devoção do outro, a uma mera luta por si, inscrevendo assim a desordem e o caos no coração do seu inimigo (atomizado), esfacelando a sua unidade, pulverizando o seu sentido de comunidade, reduzindo-o ao nada. Poderão então os vencedores inscrever nos derrotados os sentidos e significados que os encaminharam na contenda e são transportados com eles.

## EPÍLOGO

A dessignificação e a ressignificação são elementos axiais à toda e qualquer resolução de conflitos e ao ato estratégico, no sentido de que toda a manipulação do outro – a estratégia – busca a mudança do seu comportamento, resultante de uma reformulação das referências enquadrantes que o encaminhavam. Mesmo quando o resultado que se almeja é o de ir progressivamente esvaziando o inimigo que um outro vê em mim em simultâneo com a evacuação do inimigo que eu vejo no outro, essa mecânica só pode desenvolver-se se o quadro de referências de ambos for, em profundidade, modificado. Igualmente, a distinção que vai de uma trégua (seja ela uma mera paragem negociada de hostilidades ou um tratado de paz) a um pacto deriva do grau de modificação ou transmutação do quadro de referências em que se movem ambos os atores. Só há um pacto, que edifica uma “conciliação na comunhão”, se ambos os atores modificarem substantivamente o quadro de referências e o dispositivo de significações entre o início da contenda e o seu termo pactuado (e no sentido do apaziguamento daquilo que os inimistava).

## NOTAS

1 Sobre esta etimologia seguimos “Etimologia de Arma” em *Diccionario Etimológico*, disponível em <http://etimologias.dechile.net/?arma>, e “Arm” no *Online Etymology Dictionary*, disponível em <http://www.etymonline.com/index.php?term=arm>, ambos

consultados em 30 de março de 2014. A palavra *weapon* parece também referir-se a instrumento de combate. Veja-se “Weapon” no *Online Etymology Dictionary*, disponível em <http://www.etymonline.com/index.php?term=weapon>, consultado igualmente a 30 de março de 2013. Será que a palavra *weapon* se relaciona com a palavra alemã *waffen*: combate?

<sup>2</sup> “Executar um trabalho” ou “executar uma obra”. *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea*, Academia das Ciências de Lisboa, Editorial Verbo, 2001, p. 2124; António Morais da Silva, *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, Editorial Confluência, III, p. 271.

<sup>3</sup> Carta de Clausewitz ao Major von Roeder, transcrita por Peter Paret (1992: 128).

<sup>4</sup> “Etimologia de Hostil” in *Dicionário Etimológico*, <http://etimologias.dechile.net/?hostil>, consultado em 2 de abril de 2014.

<sup>5</sup> Estamos aqui a criticar uma leitura que julgamos demasiado linear e unívoca de António Horta Fernandes no que se refere ao processo de anulação da estratégia e de acolhimento do outro. Para a forma como António Horta Fernandes vê esse processo, e de forma muito sintomática, veja-se Fernandes (2013: 67-69 e 99-102).

<sup>6</sup> É hipótese a demonstrar se na guerra se busca a abolição de um outro inimigo ou a abolição do inimigo, e não do outro? Só instrumentos demasiados crus de manipulação do aniquilamento, em situações de elevadíssima rutura política, impõem a necessidade de eliminação do outro, enquanto opo-nente, tornando-se assim uma condição inescapável da guerra a eliminação física do adversário.

<sup>7</sup> Está-se perante uma evidente redundância. Toda a ética implica a responsabilidade, mas assume-se a redundância no sentido de afirmar afirmativamente a relevância da responsabilidade pelo outro no desencadeamento das hostilidades. E esta dinâmica evidencia a mais radical das qualidades

da guerra, o de ser um oxímoro, um espaço em que os contrários absolutamente se encontram. É útil relevar aqui a questão fundamental de Chatóv a Strávoguín, personagens da obra de Dostoiévski, “Os Demónios”: “porque é que o mal é abominável e o bem é belo?” (Dostoiévski, 2010: 222).

## BIBLIOGRAFIA

Céline (2009). *Norte*. Lisboa: Ulisseia.

Churchill, Winston (1995). *Memórias da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Clausewitz, Carl Von (1984). *On War*. Princeton: Princeton University Press.

Couto, Cabral (2013). “A Viragem Civilizacional em Curso: Algumas Consequências Estratégicas”. *Nação e Defesa*, n.º 136, 5ª série, pp. 107-152.

Dostoiévski, Fiódor (2010). *Os Demónios*. Lisboa: Relógio de Água.

Duarte, António Paulo (2013). “Estratégia: Origem e Fundamento”. *Nação e Defesa*, n.º 136, 5ª série, pp. 34-65.

Fernandes, António Horta (1998). *O Homo Strategicus ou a Ilusão de uma Razão Estratégica?* Lisboa: Instituto da Defesa Nacional/Edições Cosmos.

Fernandes, António Horta Fernandes (2011). *Acolher ou Vencer? A Guerra e a Estratégia na Atualidade* (Homo Strategicus II). Lisboa: Esfera do Caos.

Fernandes, António Horta (2013). “Todos somos Mulheres: A Estratégia como Razão das Vítimas e dos Vencidos”. *Nação e Defesa*, n.º 136, 5ª série, pp.66-106.

Gat, Azar (2008). *War in Human Civilization*. Oxford: Oxford University Press.

Gray, Colin S. (2010). *The Strategy Bridge: Theory for Practice*. Oxford: Oxford University Press.

Homero (2005). *Ilíada*. Lisboa: Livros Cotovia.

Kantorowicz, E. (1999). “Morrer pela Pátria no Pensamento Político Medieval”, em E. Kantorowicz, *Morrer pela Pátria*. Lisboa: Sá da Costa/Público, pp. 3-27.

Kershaw, Ian (2000). *Hitler, 1936-1945: Nemesis*. London: Allen Lane, The Penguin Press.

Némirovsky, Irène (2005). *Suite Francesa*. Lisboa: Dom Quixote.

Paret, Peter (1992). *Understanding War: Essays on Clausewitz and the History of War*. New Jersey: Princeton University Press.

Santos, José Loureiro dos (2013). “A Era da Informação: O Paraíso da Estratégia e os Ambientes de Caos”. *Nação e Defesa*, n.º 136, 5ª série, pp. 153-157.

Waugh, Evelyn (2012). *Oficiais e Cavalheiros*. Lisboa: Relógio d’Água.